

CARTA AOS COMPANHEIROS

Erico Sachs

Companheiros,

Li a última remessa de material com bastante satisfação. Desde as primeiras apreciações sobre as greves no ABC nota-se uma constante mudança qualitativa de conteúdo e no método de abordagem dos problemas. Não tenho dúvidas que o ressurgimento das lutas de massas e a conseqüente quebra do isolamento contribuíram para isso. Especialmente me chamou a atenção a entrevista com o operário da Fiat, que coloca os pontos nos diversos is. Creio que a participação de tais operários nas elaborações táticas da Organização só pode ter resultados positivos. Não digo isso para desvalorizar quadros não operários e nem com qualquer outro intuito "obreirista", mas simplesmente pelo fato de que os operários vivem no seio da classe e sentem diretamente os problemas, o grau e as limitações da consciência reinante.

Os acontecimentos, porém, parecem precipitar-se num ritmo mais rápido do que podíamos supor. Creio que (salvo erro meu, condicionado pela distância e falta de análises mais pormenorizadas) está se criando um novo marco com o levantamento do problema da criação de um novo partido político. Se esse partido for criado ou, se pelo menos chegar a haver uma campanha em profundidade em torno da sua criação, então não poderemos subestimar a importância do fenômeno. Acredito — justamente pela leitura da última matéria de discussão interna - que os companheiros estejam preparados para enfrentar tal situação. Quero sistematizar um pouco o assunto, pois posso imaginar que haja também uma certa reticência em se envolver com o problema.

Evidentemente, não podemos ainda, nas atuais circunstâncias, esperar o surgimento de um partido revolucionário ou homogêneo. Não será conseqüentemente um partido leninista nem marxista, no sentido tradicional. Não devemos, portanto ter nem espalhar ilusões sobre o seu caráter, mas adaptar a nossa ação às realidades de uma nova situação criada.

Uma nova situação será criada se esse partido representar a classe ou uma parte considerável dela, no nível da consciência reinante no seio dela, e se oferecer a possibilidade da penetração de posições marxistas na classe.

Isso significa que nós não podemos nos fundir ou dispersar no novo partido. Não se trata de uma situação em que a nossa forma de organização esteja superada, porque um "valor mais alto" esteja criado. Muito pelo contrário, o novo partido proporcionaria um campo de ação inédito para nós, tanto do ponto de vista do enraizamento quanto do da penetração. Por outro lado, a atividade de um grupo nosso no meio desse partido é uma premissa para que se desenvolva. Se não houvesse uma Organização como a nossa, algo de semelhante teria que ser criado no seio do partido para levantar o seu nível de luta e superar a sua consciência meramente sindicalista, que predominará no início.

Isso significa que temos de agir no seio do partido (ou do movimento que se crie para fundar o partido) como fração disciplinada e coordenada nacionalmente. Temos de agir assim com o devido tato, para não sermos acusados de fracionistas e dar pretextos aos direitistas para exclusões ou medidas de isolamento. Isso significa, também, que a literatura da Organização não pode ser afetada, ela tem que sair independentemente, como dantes. A situação concreta mostrará se será oportuno editar literatura especial dentro do partido ou se estaremos em condições de ganhar influência sobre as publicações do partido.

Devido à nossa influência precária, a formação e o caráter do partido não dependem de nós. Mas, na medida em que exercermos influência, devemos atuar no seguinte sentido:

- Por uma definição anticapitalista (anti-patronal). Se couber, pela socialização dos meios de produção. Deve-se evitar, entretanto, que o partido tome o nome de socialista.
- Devemos combater qualquer tentativa de apresentar o novo partido como continuador do trabalhismo de Getúlio. Uma luta conseqüente pela liberdade sindical

contornará esse perigo.

- Levantar intransigentemente (e no presente momento em primeiro plano) a bandeira da liberdade sindical.
- Garantir o máximo de democracia interna. Pelo caráter do partido, não haverá lugar para um "centralismo democrático". O perigo, que pode surgir, será centralismo de cúpula mesmo.
- Defender organizações de bases nas fábricas e em bairros.

Se houver possibilidade de participar do processo de formação do partido, devemos integrar "comitês pró-partido" ou algo semelhante que surgir. Não vejo, porém, condições de criarmos isso à conta própria.

Temos que ser cautelosos com a formação de Frentes Únicas para a formação do partido. Não devemos comprometer-nos com o sectarismo de outros grupos, trotsquistas ou maoístas e outros "ismos" estudantis, para não prejudicar o nosso ponto de partida para o trabalho de futuro. Seria preferível ligarmo-nos a núcleos operários ou grupões, se existirem ou ressurgirem. Em todo caso, devemos ter consciência de que, para semelhante atividade, devemos formular plataformas de ação e não plataformas programáticas ou teóricas.

Devemos ter consciência, também, de que o ponto de partida para uma atuação militante desse gênero será mais baixo do que estamos acostumados pelas nossas discussões internas ou mesmo pela nossa atividade na década de 60. Esse cuidado terá de se fazer sentir na nossa terminologia e na argumentação externa (que terá de ser bastante diferente da usada internamente). Temos de aprender com Marx, que por ocasião da fundação da 1ª Internacional foi acusado de ter produzido um manifesto "manso". *"É preciso de tempo"* - respondeu Marx — *"para que o movimento renascente permita novamente a antiga audácia de linguagem"*. Era preciso ser *"fortiter in ré, suaviter in modo"*. (Acho que não preciso traduzir isso para os companheiros). Hoje não precisamos mais de tanto tempo, mas se em determinado momento usarmos uma linguagem incompreensível para a massa, então perderemos o trem.

Nesse contexto, não devemos passar por cima das dificuldades que esse início de trabalho de massas trará para os nossos militantes. Estou me referindo às divergências mais frequentes que vamos encontrar no seio da massa. Quero dar um exemplo: mesmo operários com consciência de classe aceitam a palavra de ordem da Constituinte, como um remédio para sair do dilema da ditadura militar (mesmo quando não estão dispostos a votar no MDB). Nesse caso, não podemos começar com uma argumentação teórica, sobre a revolução burguesa e socialista, ou com problemas de princípio da luta de classes. Temos que saber explicar que, enquanto não mudarmos as estruturas sociais do país, enquanto as massas de trabalhadores nas cidades e no campo não racharem a tradicional máquina política, a burguesia e o latifúndio terão a maioria em qualquer Constituinte, e esta será um instrumento a serviço da colocação do domínio burguês-latifundiário em novas bases. Tudo isso em caso de superação do atual regime militar, pois se o presente regime convocar a Constituinte tratar-se-á de simples tentativa de sobrevivência. Esse aspecto da questão é compreensível para um operário se apresentado em linguagem apropriada, — principalmente quando se tomar o exemplo recente de Portugal e o papel contra-revolucionário que a Constituinte desempenhou naquele país.

Finalmente, devemos ver também que, caso se realize a formação desse partido e caso se crie uma situação em que esse possa lançar uma legenda própria para as eleições, devemos mudar a nossa posição eleitoral. Devemos não só participar das eleições e aproveitar as campanhas eleitorais do partido, como devemos também tentar colocar candidaturas nossas, quando e onde for possível, em todos os níveis. Não somos contra as eleições em princípio. Somos contra a participação quando a classe operária não tem possibilidades de votar nos seus representantes, comprometidos com os seus pontos de vista. Isso não significa que podemos mudar a nossa atitude precipitadamente, à base de um "crédito para o futuro", antes que se dê o fato consumado de uma legenda eleitoral própria. Queremos ver para crer.

Relacionado a esses problemas acima, surge uma questão geral, mas fundamental para o futuro da Organização, questão que se coloca na leitura do último material aqui recebido. Na nossa imprensa, se encontram presentes muitos problemas, muitas palavras de ordem, mas

colocadas sem hierarquia, quase todas no mesmo nível. Tem-se a impressão de que os companheiros pretendem ensinar tudo ao mesmo tempo à classe operária. O processo de ensinamento, no entanto, é diferente na realidade. O proletariado luta por determinadas reivindicações. É a luta prática que lhe confere experiência e só na medida em que absorve essa experiência de luta é capaz de compreender conclusões propagandísticas. Hoje nós nos encontramos no umbral de um trabalho de massas. Cessou a fase amarga, na qual praticamente só podíamos fazer trabalho propagandístico com pequenos grupos ou individualmente com operários. Hoje, o trabalho propagandístico deve se tornar um complemento indispensável da agitação de massas. A agitação se tornou possível em escala maior porque a massa revelou disposição de luta (muito maior do que em 1967/68) e a agitação será eficiente na medida em que for ao encontro das aspirações da classe operária; ou seja, na medida em que considere implicitamente o seu atual nível de consciência. Eu sinto falta dessas palavras de ordem agitativas, principalmente daquelas que podem movimentar a classe em escala nacional — e que servem de locomotiva para puxar a composição inteira.

Parece-me (levando novamente em conta os já mencionados fatores da distância e da falta de informações mais detalhadas) que no presente momento é a luta pela liberdade sindical que deve servir de locomotiva — ao lado da luta cotidiana das reivindicações materiais, que aliás estão estreitamente ligadas. Não que a luta pelos sindicatos livres esteja ausente em nossa literatura, mas está sendo tratada de maneira abstrata demais, quase como um dever a cumprir. Para que se torne uma bandeira de uma luta em escala nacional, no presente momento e para o futuro próximo, terá que ser travada em termos mais concretos.

Temos de partir da premissa de que a maioria do proletariado brasileiro não sabe o que são sindicatos operários livres. E quando está descontente com o sistema sindical existente — o que se dá em escala crescente — inclina-se a responsabilizar antes de tudo os homens que estão na direção das agremiações.

No Brasil, o sindicalismo livre acabou no mais tardar em 1937, há mais de quarenta anos. A "redemocratização" de 1945 deixou o sistema do sindicalismo de Getúlio intato. O PCB negou-se então a lutar contra o sindicalismo oficial, pois isso teria estorvado a sua aliança com o trabalhismo. Limitou-se a conquistar postos de cúpula nas agremiações e para Dutra foi suficiente aplicar a legislação existente para pôr os quadros comunistas para fora das direções sindicais. Com Juscelino e o populismo posterior, o Ministério do Trabalho se absteve de repressões ostensivas e não aplicou a legislação. Com o golpe de 64, as leis sindicais do Estado Novo foram aplicadas novamente ao pé da letra. Durante esses 40 anos, o nosso proletariado viveu sob essa legislação sindical, não tendo mais meios para uma comparação com outros modelos. Na melhor das hipóteses, ouviu falar da fórmula vaga de "liberdade e autonomia sindical". Uma campanha nossa, de esclarecimentos, tem que ser acompanhada por denúncias constantes dos fatores concretos, que impedem o surgimento de uma vida sindical operária.

Já toquei nesse assunto, numa carta aos companheiros, mas quero lembrar as amarras, que têm de ser denunciadas:

- O controle financeiro exercido pelo Ministério do Trabalho e que impede, entre outras coisas, a formação de fundos de greves.
- O Estatuto Padrão, que impede os operários de se organizarem de maneira mais eficiente e com direções mais representativas.
- A Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho, que determina a estruturação qualitativa e quantitativa dos sindicatos.
- A proibição da formação de uma Central Geral dos sindicatos.
- O Atestado de Ideologia ou o poder da polícia de vetar direções e diretores incômodos.
- O Artigo 528 da CLT, que autoriza a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos.
- O Imposto Sindical.

Colocamos o imposto sindical ao fim dessa lista (que aliás deve ser completada, caso tenha escapado algum fator importante), pois a tendência há muito existente de começar a lista

pela reivindicação da abolição do imposto parece-me prejudicial. Nada se consegue com a simples abolição se as amarras restantes continuarem. Com o atual grau de organização e de sindicalização, se faria sentir negativamente. Por outro lado, está evidente que, na medida em que se conquistar a liberdade sindical e os sindicatos se tornarem novamente órgãos de luta de classe, a burguesia não hesitará em liquidar o imposto.

Qual é o tipo de organização sindical livre, que podemos prever? É difícil dar uma resposta antecipada, pois isso dependerá de diversos fatores, das formas que a luta proletária tomar daqui em diante, da capacidade de resistência da burguesia, do grau de influência da pequena-burguesia, etc. Também nesse terreno o resultado dependerá das relações de forças. Do nosso ponto de vista, o sindicato deve existir como sociedade civil, isenta de reconhecimento oficial (estatal), que tenha a liberdade de se organizar interna e externamente, conforme as suas necessidades de luta. Internamente, da maneira menos burocrática possível e com a participação das bases, organizadas nas empresas, nas deliberações. As direções devem ser removíveis a qualquer momento pelos operários que as elegeram, caso não correspondem às expectativas. Externamente, por meio de federações, confederações e uma Central Geral, mas de um modo que os órgãos superiores não possam sufocar a combatividade dos inferiores. A forma ideal de organização sindical na época do capitalismo monopolista é por ramo industrial (e não profissional).

Somos pela unicidade sindical (contra sindicatos paralelos), mas somos contra qualquer tentativa de querer impor essa unicidade por meio de lei, que autorize o governo ou a Justiça burguesa a se imiscuir nos assuntos sindicais. A unicidade tem que ser assegurada pelos próprios trabalhadores. O Estado burguês usará esses poderes como meio de repressão contra o sindicalismo.

Do mesmo modo, somos contra qualquer forma de dissídio obrigatório e a favor dos acordos coletivos.

Repetimos: tal situação só pode ser resultado de lutas e sua materialização dependerá das relações de forças na luta. A burguesia, com o apoio da pequena-burguesia, sempre procurará "regulamentar", isto é, coagir a atividade sindical, em nome da "ordem" e do "bom funcionamento" dos sindicatos e mesmo em nome da "defesa dos interesses dos trabalhadores", por meio de leis. Isso se dá também nos países onde existe o que chamamos de liberdade sindical, isto é, onde os sindicatos não estão atrelados ao Ministério do Trabalho. Mas, quanto mais nós nos aproximamos da situação acima descrita melhor será a posição da classe operária nas lutas futuras.

Creio que semelhante plataforma de agitação, se levada à frente de maneira incisiva e conseqüente, nos assegurará também uma boa posição de partida no seio do projetado novo partido. Será uma arma eficiente na superação das tradições populistas, que certamente ainda pesarão. Mas, independente disso, independente de esse partido sair ou não, representará um instrumento de luta que assegurará à Organização uma influência que passará largamente as suas fronteiras físicas. Condição é que a sua atuação se dê sem sectarismos e sem considerações imediatistas, no sentido de querer monopolizar a bandeira e esperar lucros rápidos e exclusivos para a Organização. Temos de semear extensivamente para poder colher o fruto.

Assim, por exemplo, veria como um fator positivo se os companheiros conseguissem aproximar-se de um desses deputados burgueses com veleidade de esquerda e o convencesse a tornar pública essa plataforma pela liberdade sindical na Câmara e na imprensa burguesa. Importante é torná-la pública e preparar as massas operárias para a luta, que somente nós e os que não têm nenhum compromisso com a sociedade burguesa podem travar conseqüentemente.

Finalmente, quero lembrar aos companheiros que a luta pela liberdade sindical, levada avante nesses termos, é uma **luta política**. Não apenas porque aí se trata de criar as formas elementares de organização da classe, mas também porque aí se dá um passo decisivo para o seu amadurecimento em direção à classe **para si**. É luta política, igualmente, porque a Ditadura Militar não sobreviverá a uma luta dessas bem sucedida. E para qualquer futura "democracia", teremos criado um divisor de águas.

Abraços fraternais,

Ernesto Martins, 1978

(Carta escrita no exílio, às primeiras notícias sobre o movimento pela fundação do PT. Data provável: final de 1978. Incluído na coletânea “*Andar com os Próprios Pés*”, Belo Horizonte, SEGRAC. 1994.)

().